

# **EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA E REUNI: ANÁLISE DOS RESULTADOS DO CENTRO SOCIOECONÔMICO DA UFSC**

## **UNIVERSITY EXPANSION AND REUNI: ANALYSIS OF THE RESULTS OF THE SOCIOECONOMIC CENTER OF UFSC**

### **Resumo**

O objetivo do estudo consistiu em analisar os resultados obtidos pelo CSE da UFSC após uma década da implementação do REUNI. Foram analisados dados referentes aos quantitativos de estudantes (ingressantes, regulares e formados), técnicos e docentes do CSE durante o período 2007-2016. Foram utilizados dados secundários, obtidos no Sistema de Controle Acadêmico da Graduação (CAGR). Foram calculados o crescimento do quantitativo de técnico-administrativos e docentes lotados no CSE; o crescimento no quantitativo de estudantes ingressantes, formados e regularmente matriculados; e, por fim, foram calculados indicadores de gestão. Foi possível constatar que apesar da significativa expansão no número de estudantes ingressantes, docentes e técnicos administrativos no CSE durante o período estudado, não houve aumento significativo no número de formados, havendo, inclusive, uma piora na taxa de sucesso na graduação, ficando longe de alcançar os objetivos propostos pelo REUNI. Esse quadro é bastante similar àquele apresentado pela UFSC de maneira geral.

**Palavras-chave:** Reuni; ensino superior, expansão universitária.

### **Abstract**

This study aims to analyze the results obtained by the CSE/UFSC after a decade of REUNI's implementation. Data were analyzed concerning the numbers of students (students, regular and graduates), technical and teaching staff of CSE during the period 2007-2016. Secondary data were obtained from the Undergraduate Academic Control System (CAGR). The growth in the number of technical-administrative and teaching staff in CSE was calculated; the growth in the number of incoming, graduates and regularly enrolled students; and, finally, management indicators were calculated. It was observed that in spite of significant expansion in the number of incoming students, teachers and administrative staff in CSE during the studied period, there was no significant increase in the number of graduates, and there was a worsening in the graduation rate, far from achieving the objectives proposed by REUNI. This picture is very similar to that presented by UFSC in general.

**Keywords:** Reuni; higher education, university expansion.

## **Introdução**

A Universidade é um modelo de expressão que se tornou consenso universal, sendo uma forma de organização altamente complexa que, desde seu surgimento, tem procurado conhecer o homem e seu comportamento na sociedade, gerando e oportunizando o conhecimento (LEITÃO, 1985). As Universidades são consideradas organizações complexas não apenas por sua condição de instituição especializada, mas por executarem atividades múltiplas. Cada uma dessas atividades, relacionada com ensino, pesquisa e/ou extensão, acarreta na adoção de uma metodologia de trabalho distinta, implicando em uma das estruturas organizacionais mais complexas.

No Brasil, de acordo com Bottoni, Sardano e Costa Filho (2013), a educação superior, desde sua implantação, tem passado por diversas mudanças. A proposta inicial seria a replicação do modelo de ensino superior português, tendo como modelo a Universidade de Coimbra; no entanto, a estrutura social do país além de distinta da realidade portuguesa, via a educação meramente como uma forma de ascensão social voltada principalmente à elite brasileira, excluindo a classe popular e trabalhadora deste processo.

Além disso, no Brasil, a concepção de Universidade foi fortemente influenciada por uma perspectiva funcionalista, que via na educação uma forma de vincular o ensino à sociedade e governo, sendo, portanto, voltada às necessidades sociais com a função de servir ao Estado (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013). Este modelo educacional, desenvolvido na França, no qual a Universidade era vista como um instrumento para formação profissional e política dos cidadãos, é denominado Modelo Napoleônico (PEREIRA, 2009).

No entanto, a partir da instalação das primeiras Universidades em solo brasileiro, em meados do século XIX, o Modelo Humboldtiano, passou a ser adotado no país. Esse modelo, desenvolvido na Alemanha, tinha como princípio basilar a pesquisa, juntamente com o ensino, como principal meio de formação de seus cidadãos (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013). Ademais, os princípios posteriormente adotados – interdisciplinaridade, autonomia e liberdade da administração – permitiram que o Estado

criasse e mantivesse as Universidades, sem interferir em sua administração (PEREIRA, 2009).

O Brasil permaneceu 114 anos – de 1808 a 1922 – sem instituições destinadas a desenvolver e transmitir o conhecimento científico puro, ou seja, instituições que promovessem também o desenvolvimento de pesquisas científicas (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013). Para os autores, a necessidade de instituições de ensino superior no país intensificou-se após a Primeira Guerra Mundial, no ano de 1918, quando o desenvolvimento econômico brasileiro passou a exigir a inclusão da pesquisa. Logo, os autores dividem a história do desenvolvimento do ensino superior no Brasil em dois períodos: o primeiro, caracterizado pelo surgimento das escolas profissionalizantes, como as de Medicina; o segundo, caracterizado pela expansão das escolas de Filosofia, Ciências e Letras, Economia, entre outras.

Entretanto, foi durante a década de 1960 que ocorreu a grande transformação do sistema de educação superior no Brasil, seguindo um fenômeno sul-americano. Esses foram anos de intensos conflitos sociais que serviram para dar partida às Reformas de Base (Agrária, Universitária, Tributária e Administrativa) e promover um grande movimento estudantil nacional, patrocinado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), cujo escopo de luta era a reforma no Ensino Superior do país (VAHL, 1986).

Martins (2002) destaca que uma das principais transformações do ensino superior brasileiro, no século XX, foi o fato de as Universidades se voltarem também para as massas, e não apenas à elite, como no período de sua implementação em solo brasileiro.

Essa busca pela democratização da educação superior fez com que o governo federal passasse a se preocupar com o quantitativo de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior como uma variável indicativa dos avanços na educação. Schwartzman (2005) destaca que, em 1960, o Brasil contava com menos de 2% de seus jovens matriculados na educação superior; 10 anos depois, este índice mais que dobrou, alcançando 5,2%, atingindo, por fim, 11% no ano de 1975. Os anos subsequentes, entretanto, apresentaram pouca mudança neste indicador: em 2007, essa taxa ficou próxima de 13,3%, bem longe de alcançar a meta de cobertura de 30% de taxa de escolarização líquida para a faixa etária de 18 a 24 anos, a qual estava prevista no Plano Nacional de

Educação (PNE) de 2001-2010 (BRASIL, 2001; CAMARGO, 2014). Este cenário fez com que o governo federal buscasse implantar ações que solucionem estes problemas e contribuam para a democratização do ensino superior no país.

Nesse sentido, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096 com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais com relação ao acesso e à permanência nas instituições de ensino superior no país (BRASIL, 2007).

O Reuni estabeleceu como metas, ao final de cinco anos, elevar a taxa de conclusão média nos cursos de graduação presenciais para 90% e melhorar a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito. Além disso, o referido decreto ainda estabelece como diretrizes a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; ampliação da mobilidade estudantil; revisão da estrutura acadêmica; diversificação das modalidades de graduação; ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

O Decreto Presidencial nº 6.096 prevê ainda que o MEC destinará ao programa recursos financeiros, reservados às universidades federais, para suprir as despesas decorrentes das iniciativas reestruturação propostas.

Das 54 universidades federais brasileiras existentes ao final de 2007, 53 optaram por aderir ao REUNI. A Universidade Federal do ABC (UFABC), criada em 2005, não participou do REUNI por já adotar as inovações pedagógicas preconizadas no programa. A adesão da totalidade das universidades existentes no ano de criação do Reuni atesta o forte interesse despertado pelo Programa.

Nessa sentido, este estudo pretende analisar os resultados obtidos pelo Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) após uma década da implementação do REUNI.

## **Metodologia**

Esta pesquisa caracteriza-se como: aplicada, quantitativa, descritiva, bibliográfica, documental e estudo de caso.

Segundo Gil (1999), o método quantitativo é muito utilizado no desenvolvimento das pesquisas descritivas, na qual se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como na investigação da causalidade entre os fenômenos: causa e efeito. Já o método quantitativo representa uma forma de garantir a precisão dos resultados, e evitando com isso distorções de análises e interpretações (Gil, 1999).

A escolha pelo método descritivo se justifica pela proposta de descrever características de determinada população ou fenômeno, preocupando-se em observar fatos, analisando-os e interpretando-os, sem a interferência do pesquisador; no caso desse estudo, busca-se descrever o processo de expansão das vagas no ensino superior no Centro Socioeconômico da UFSC (GIL, 1999).

Quanto ao meio, o presente estudo é caracterizado como bibliográfico, uma vez que tem por objetivo maior trazer veracidade aos fatos elencados no trabalho, sendo sistematizado e desenvolvido com base em material publicado, ou seja, livros e artigos científicos (GIL, 1999; KAHLMEYER-MERTENS et al., 2007).

O estudo ainda é caracterizado como um estudo de caso, uma vez que consiste de uma investigação do caso do Centro Socioeconômico no âmbito da expansão universitária. Para Yin (2005), os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Por fim, os atores sociais envolvidos nesta pesquisa são os estudantes, docentes e técnico-administrativos do Centro Socioeconômico.

Para a execução da pesquisa, foram utilizados dados secundários, obtidos em relatórios gerados pelo Sistema de Controle Acadêmico da Graduação (CAGR). Os documentos disponibilizados foram os seguintes: tabelas com total de alunos ingressantes,

regulares e formados, por ano, desde 2007; e tabelas com quantitativo de técnico-administrativos em educação e docentes lotados no CSE por ano, desde 2007.

Com o objetivo de analisar como se deu o processo de expansão no CSE da UFSC, foram calculados: o crescimento (bruto e relativo) do quantitativo de técnico-administrativos e docentes lotados no CSE entre os anos de 2007 e 2016; o crescimento (bruto e relativo) no quantitativo de estudantes ingressantes, formados e regularmente matriculados entre os anos de 2007 e 2016; e, por fim, foram calculados os seguintes indicadores de gestão, referentes ao período entre 2007 e 2016: relação de alunos por docente, relação de alunos por técnico-administrativo, relação de docentes por técnico e a taxa de sucesso na graduação.

O estudo de caso, apresentado na sequência, tem como objetivo apresentar os resultados encontrados, bem como promover uma discussão dos mesmos.

## **Resultados e Discussão**

O Centro Socioeconômico é um dos quinze centros de ensino da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Localizado no Campus Universitário João David Ferreira Lima, o CSE oferece cinco cursos de graduação, na modalidade presencial:

- Administração, oferecido nos turnos matutino e noturno desde 1965. Em 2009, o curso teve um incremento de 20 vagas anuais no contexto do Reuni;
- Ciências Contábeis, oferecido nos turnos matutino e noturno desde 1965. Em 2009, o referido curso também teve um incremento de 20 vagas anuais no contexto do REUNI;
- Ciências Econômicas, oferecido nos turnos matutino e noturno desde 1955;
- Relações Internacionais, oferecido no turno vespertino desde 2009, tendo sido criado no contexto do Reuni;
- Serviço Social, oferecido nos turnos matutino e noturno desde 1958.

No ensino à distância, são oferecidos ainda os cursos de graduação em Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

Sendo assim, no ano de 2017, estudam no CSE aproximadamente 4.500 alunos de graduação, dos quais quase mil estão no ensino à distância.

A tabela 1 apresenta a evolução do número de estudantes ingressantes, formados e matriculados entre os anos de 2007 e 2016.

Tabela 1 – Evolução no quantitativo de estudantes ingressantes, formados e matriculados nos cursos de graduação presenciais do CSE entre os anos de 2007 e 2016.

<b>Estudantes</b>						
	<b>Ingressantes</b>		<b>Formados</b>		<b>Matriculados</b>	
<b>Ano</b>	<b>Quant.</b>	<b>Cresc.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Cresc.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Cresc.</b>
<b>2007</b>	768	-	439	-	2998	
<b>2008</b>	780	12 (102%)	471	32 (107%)	2989	-9 (100%)
<b>2009</b>	821	53 (107%)	428	-11 (97%)	3028	30 (101%)
<b>2010</b>	886	118 (115%)	495	56 (113%)	3096	98 (103%)
<b>2011</b>	951	183 (124%)	389	-50 (89%)	3240	242 (108%)
<b>2012</b>	827	59 (108%)	472	33 (108%)	3250	252 (108%)
<b>2013</b>	882	114 (115%)	482	43 (110%)	3319	321 (111%)
<b>2014</b>	872	104 (114%)	461	22 (105%)	3253	255 (109%)
<b>2015</b>	917	149 (119%)	492	53 (112%)	3239	241 (108%)
<b>2016</b>	922	154 (120%)	474	35 (108%)	3235	237 (108%)

Fonte: CAGR (2017).

Por meio dos dados, constata-se que entre os anos de 2007 e 2016, houve um aumento de 154 (ou 20%) alunos entre os ingressantes nos cursos de graduação presenciais do CSE. Tal crescimento, entretanto, não foi acompanhado pelo número de formandos, que sofreu um incremento de apenas 35 alunos, ou 8%; esse discreto crescimento também foi observado no quantitativo de alunos matriculados. Evidencia-se, a partir dessas

informações, que, no CSE, a ampliação no número de vagas e, conseqüentemente, de ingressantes, resultou num aumento pouco significativo de alunos formados.

A tabela 2 tem como objetivo apresentar a evolução do número de técnicos-administrativos em educação e professores do CSE entre os anos de 2007 e 2016.

Tabela 2 – Evolução no quantitativo de técnicos-administrativos em educação e professores do CSE entre os anos de 2007 e 2016.

<b>Ano</b>	<b>Técnico-Administrativos em Educação</b>		<b>Professores</b>	
	<b>Quant.</b>	<b>Crescimento</b>	<b>Quant.</b>	<b>Crescimento</b>
<b>2007</b>	33	-	115	-
<b>2008</b>	33	0 (100%)	110	-5 (96%)
<b>2009</b>	33	0 (100%)	108	-7 (94%)
<b>2010</b>	37	4 (112%)	130	15 (113%)
<b>2011</b>	43	10 (130%)	134	19 (111%)
<b>2012</b>	50	17 (152%)	132	17 (109%)
<b>2013</b>	52	19 (158%)	135	20 (112%)
<b>2014</b>	50	17 (152%)	140	25 (116%)
<b>2015</b>	46	13 (139%)	142	27 (117%)
<b>2016</b>	42	9 (127%)	143	28 (118%)

Fonte: CAGR (2017).

É possível observar, através dos dados apresentados, que as taxas de crescimento similares tanto no quantitativo de técnicos-administrativos em educação (27%) como no quantitativo de docentes (18%) lotados no CSE. Além disso, tais taxas de crescimento se assemelham àquela observada no quantitativo de alunos ingressantes (20%), demonstrando a preocupação com a qualidade do ensino e dos serviços universitários prestados aos estudantes do CSE.

A tabela 3 apresenta evolução nos indicadores de gestão do CSE entre os anos de 2007 e 2016.



Tabela 3 - Evolução nos indicadores de gestão do CSE entre os anos de 2007 e 2016.

<b>Indicadores de Gestão</b>				
<b>Ano</b>	<b>Alunos/Docente</b>	<b>Alunos/Técnico</b>	<b>Docentes/Técnico</b>	<b>Taxa de Sucesso na Graduação</b>
<b>2007</b>	26,07	90,85	3,48	57%
<b>2008</b>	27,17	90,58	3,33	60%
<b>2009</b>	28,04	91,76	3,27	52%
<b>2010</b>	23,82	83,68	3,51	56%
<b>2011</b>	24,18	75,35	3,12	41%
<b>2012</b>	24,62	65,00	2,64	57%
<b>2013</b>	24,59	63,83	2,60	55%
<b>2014</b>	23,24	65,06	2,80	53%
<b>2015</b>	22,81	70,41	3,09	54%
<b>2016</b>	22,62	77,02	3,40	51%

Fonte: CAGR (2017).

Os indicadores apresentados evidenciam uma redução na relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor: de 26,07 em 2007 para 22,62 em 2016; entretanto, apesar da melhora neste indicador, o mesmo permaneceu acima do objetivo estabelecido pelo Reuni, de 18 alunos por professor. Quando comparado com a UFSC, de maneira sistêmica, a situação é bastante diferente: em 2007, a Universidade apresentava uma relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor de 16,83 e, em 2016, esse indicador passou para 13,85; ou seja, de maneira geral, a UFSC teve sucesso ao alcançar um dos principais objetivos do Reuni – melhorar a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito; entretanto, ao analisarmos isoladamente o CSE, tal objetivo ficou longe de ser atingido.

O segundo indicador estudado, relação de alunos de graduação em cursos presenciais por técnicos-administrativos, também apresentou melhora: de 90,85 em 2007 para 77,02 ao final de 2016. Tal situação é bastante diversa daquela encontrada na UFSC como um todo. Na Universidade, em 2007 existiam 12,45 alunos para cada técnico-

administrativo (excluindo-se aqueles lotados no Hospital Universitário), número que ficou ainda mais reduzido em 2016, quando existiam 10,58.

O terceiro indicador estudado refere-se ao número de docentes por técnico-administrativo (novamente excluindo-se aqueles lotados no Hospital Universitário). Assim como os indicadores já mencionados, esse indicador também apresentou melhora, apesar de pequena, no decorrer do período analisado: de 3,48 em 2007 para 3,40 em 2016. Quando comparado a UFSC, essa relação se inverte: em existiam 0,74 professores para cada técnico em 2007 e 0,76, em 2016. Tal situação é explicada pelo grande número de técnicos-administrativos lotados na Reitoria para o desenvolvimento de atividades de caráter administrativo, local onde não há lotação de docentes, apenas em cargos de gestor, portanto em menor número que a primeira categoria.

O último indicador apresentado refere-se a taxa de sucesso na graduação e corresponde ao percentual de alunos formados a partir do número de ingressantes. Ao contrário dos outros indicadores apresentados, esse indicador apresentou piora no período avaliado: de 57% em 2007 para 51% em 2016. A situação da UFSC, no que diz respeito a evolução desse indicador, é ainda pior: de 72,39% em 2007 para 47,23% em 2016. É importante destacar que um dos principais objetivos do Reuni era elevar a taxa de conclusão média nos cursos de graduação presenciais para 90%. Sendo assim, fica evidenciado que tanto o CSE quanto a UFSC em geral não apenas não atingiram o objetivo estabelecido no programa como também sofreram piora nesse indicador.

Além disso, dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) da UFSC mostram um significativo aumento, na década analisada, no custo corrente por aluno: de R\$ 8.732,16 em 2007 para R\$ 21.895,34 em 2016; ou seja, o gasto por aluno quase triplicou em uma década, enquanto a proporção de alunos formados quase caiu pela metade no mesmo período.

## **Conclusões**

O objetivo do presente estudo consistiu em analisar os resultados obtidos pelo Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina após uma década da

implementação do Reuni. Em busca desse objetivo, foram analisados dados referentes aos quantitativos de estudantes (ingressantes, regulares e formados), técnicos e docentes do referido Centro de Ensino durante o período 2007-2016.

Por meio dos dados apresentados, foi possível constatar que apesar da significativa expansão no número de estudantes ingressantes, docentes e técnicos administrativos no CSE durante o período estudado, não houve aumento significativo no número de formados, havendo, inclusive, uma significativa piora na taxa de sucesso na graduação, ficando muito aquém da meta de 90% proposta pelo REUNI. Esse quadro é bastante similar àquele apresentado pela UFSC de maneira geral, apesar do aumento expressivo do custo por estudante no mesmo período.

Cabe ressaltar, entretanto, que as políticas públicas de expansão da educação superior brasileira não visam apenas a ampliação do número de vagas e de cursos nas universidades, mas também a criação e expansão das universidades e o incremento de recursos orçamentários visando à ampliação da infraestrutura das universidades já existentes.

### **Referências Bibliográficas**

BOTTONI, A.; SARDANO, E. J.; COSTA FILHO, G. B. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, S. S. (org.). **Gestão Universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KAHLMEYER-MERENS, S. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LEITÃO, S. P. A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etizione e Rice. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 3-26, 1985.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**. Suplemento 3, p. 4-6, 2002.

PEREIRA, E. M. de A. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 14, n. 1, 2009.

SCHWARTZMAN, S. **A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica**. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, 2005.

VAHL, T. Algumas reflexões sobre a política de educação superior no Brasil. In: **Liderança e Administração na Universidade. Seminário Latino-Americano de Liderança e Administração da Universidade**. Florianópolis, 1986.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**, 3. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2005.